

INCLUSÃO: COMO OCORRE O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DO ALUNO DEFICIENTE AUDITIVO¹

Priscila Nascimento

Graduada em Pedagogia pela Universidade Anhanguera Taboão da Serra

Especializada em Educação Especial pela Universidade Anhanguera Taboão da Serra

Curso em extensão de Deficiência Intelectual pela Uniben-Atulize Taboão da Serra

Email - priscilapaterno@hotmail.com

Deficiências

Deficiente é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino.

Louco é quem não procura ser feliz com o que possui.

Cego é aquele que não vê seu próximo morrer de frio, de fome, de miséria, e só tem olhos para seus míseros problemas e pequenas dores.

Surdo é aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo, ou o apelo de um irmão. Pois está sempre apressado para o trabalho e quer garantir seus tostões no fim do mês.

Mudo é aquele que não consegue falar o que sente e se esconde por trás da máscara da hipocrisia.

Paralítico é quem não consegue andar na direção daqueles que precisam de sua ajuda.

Diabético é quem não consegue ser doce.

Anão é quem não sabe deixar o amor crescer.

E, finalmente, a pior das deficiências é ser miserável, pois: *Miseráveis* são todos que não conseguem falar com Deus.

A amizade é um amor que nunca morre.

Mario Quintana (escritor gaúcho nascido em 30/07/1906 e falecido em 05/05/1994).

Resumo: A inclusão do aluno deficiente Surdo no processo de escolarização só ocorrerá se levar em conta das dificuldades que eles lidam com os símbolos escritos e linguagem oral. Isso se dá também com os profissionais que não estão preparados para trabalhar com essa inclusão em sua sala de aula. Infelizmente a legislação não é vivenciada na prática no nosso cotidiano no âmbito escolar, pois no papel funciona melhor porque os profissionais não terem preparos específicos, e assim eles acabam rotulando e dizendo que não tem preparo para receber esses alunos em sua sala de aula. A legislação garante esse direito ao deficiente Auditivo sem qualquer discriminação, em classe comum, então a escola tem que oferecer um ambiente inclusivo e acolhedor, na qual todos possam conviver e aprender com as diferenças. Quando falamos de recursos que auxilia a criança deficiente, precisamos lembrar as suas dificuldades e tentar supri-las possibilitando o conhecimento e o contato social. Por isso o

¹ Artigo redigido para Conclusão de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Libras - Faculdade Integrada Espírita – Unibem -Atualize Promotora de Cursos e Eventos, na cidade de Taboão da Serra, 2010, sobre orientação da profa. Dra. Marinalva Imaculada Cuzin.

educador precisar eliminar essas barreiras e cobrir a Legislação corretamente buscando como interagir com essa deficiência e incluir esse aluno em sua sala de aula.

Palavra chave: escolarização, legislação, dificuldades.

Abstract: The inclusion of disabled students in deaf education process will only occur if take into account the difficulties that they deal with symbols written and oral language. The same happens with the professionals who are not prepared to work with this inclusion in your classroom. Unfortunately the legislation is not experienced in practice in our daily lives at school, because on paper works best because professionals do not have specific preparations, and so they end labeling and saying he is not prepared to welcome these students in their classroom. The law guarantees this right to the hearing impaired without discrimination, in regular class, then the school has to offer an inclusive and welcoming environment in which everyone can live with and learn from differences. When we talk of resources that helps the disabled child, we must remember the difficulties and try to meet them to provide knowledge and social contact. So the teacher need to eliminate these barriers and correctly cover the law as seeking to interact with this deficiency and include the student in his classroom.

Keyword: education, legislation, difficulties.

Introdução

Este artigo científico se insere no conjunto de pesquisa sobre o processo de escolarização de alunos deficientes auditivo. Esse fato tem chamado a atenção pelas dificuldades apresentadas pelas instituições com relação ao comprimento da legislação e do processo de ensino-aprendizagem.

A partir da LDB nº 9394/96, a educação recebeu um nível de ensino e, gradativamente, vem sendo valorizada como tal. Para a educação constitui-se num grande desafio, vasto campo de pesquisas e desenvolvimento de projetos, especialmente aqueles relacionados à formação de professores. Como o decreto nº5296/04 que, ao regulamentar lei anterior sobre acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, estabeleceu normas e critérios para sua promoção, compreendendo-se acessibilidade como todas as ações que visam promover possibilidades cada vez maiores de inclusão social.

Dentre as dificuldades para a promoção da escolarização está a inadequação dos prédios, que impede o acesso de muitos alunos, a insuficiência de equipamentos e material didático e, certamente, a formação de professores para atuar com tais alunos. De fato

oralidade é indispensável para escrita e a leitura, pois a criança ouvinte se apóia em suas habilidades orais na construção possibilidades sobre a escrita e leitura, a criança surda utiliza essa habilidade de leitura e escrita somente visual.

Esse processo de escolarização do surdo ocorrerá através de leitura visual então é preciso ficar atento na soletração e pontuação para que haja significado para ele.

A escolarização da criança surda na pré-escola ocorrerá por meio de jogos e brincadeiras lógicas, é preciso ter sempre a interferência do professor, pois a criança ainda esta sendo inserida no contato social e escolar.

Perspectiva histórica

Tal desejo de controle sobre os alunos em instituições segregadas é particularmente forte em épocas de mudanças violentas. Durante o século XIX e início do século XX, quando a base econômica dos Estados Unidos estava passando do modelo agrícola para o modelo industrial, as escolas eram fundamentais para a criação de uma força de trabalho alfabetizada e disciplinada. Os alunos com deficiências eram encarados com obstáculos para o funcionamento tranquilo das escolas e das salas de aula, pois careciam de habilidades para enfrentar as exigências acadêmicas e disciplinares. (STAINBACK, STAINBACK, 1999, p.21.)

Os autores relatam com transparência como a inclusão do deficiente era um grande problema para o funcionamento da escola isso se dá no século XIX e XX nos Estados Unidos em que as instituições consideraram que os deficientes não tinham capacidade, nem potencial para ingressarem nas escolas. Mas, as sociedades sofreram mudanças fundamentadas como veremos.

Assim sendo, concluímos que o deficiente novamente é desmerecido dentro da sociedade mudanças, planos e projetos são até apontados, mas raras às vezes em que são colocadas na prática ou exercidas.

O surgimento da educação especial na política educacional brasileira vem ocorrer somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta do século XX. Nesse momento da história em dois períodos: de 1854 a 1956, em que as iniciativas não eram oficiais e, o que denuncia não haver no Brasil uma política nacional de atendimento às pessoas com deficiência.

Observa-se que as pressões internacionais para que o Brasil programasse os princípios da Declaração dos Direitos Humanos (1948) e a reivindicação dos movimentos sociais para a garantia dos Direitos das pessoas com deficiência são fatores que exerceram forte e importante influência para a criação de política educacional para pessoas com deficiência.

A defesa dos direitos humanos, tendência mundial das políticas públicas para a inclusão social e educacional, tem assegurado o direito aos alunos com deficiência aprenderem desde cedo nos Centros de Educação Infantil e participarem plenamente da vida social e cultural de suas comunidades.

Historicamente, o atendimento educacional a crianças com deficiência era realizado apenas em escolas especiais, fato que trouxe conseqüências negativas, pois se imaginava que elas eram incapazes de conviver com crianças sem deficiência. Hoje, com a política de inclusão, a educação infantil é a porta de ingresso ao sistema educacional para boa parte das crianças, devendo o atendimento educacional especializado ser ofertado na própria creche ou pré-escola em que a criança está matriculada. Muitas vezes, os pais por desconhecimento, resistem à inclusão, preferindo deixar seus filhos em casa ou em escolas especiais. À medida que as práticas educacionais inclusivas ganham maior visibilidade, as famílias entendem os benefícios que podem trazer aprendizagem de seu filho.

A Declaração de Salamanca (1994) cujo princípio fundamental “(...) é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras”.

De acordo com as Bases legais da educação Inclusiva através das leis nacionais que dão direito à criança ao acesso a rede pública de ensino e escola especializada, portanto, cada vez mais a sociedade está se conscientizando da importância da conquista da inclusão dos deficientes na escola do ensino regular.

A escola desenvolve o papel de suma importância desenvolvendo a independência e autonomia da criança impulsionando a preocupação com a qualidade de vida a fim de maximizar as possibilidades de desenvolvimento interpessoal e inserção social futura. As diferenças existem em todos os aspectos tanto para os deficientes quanto para os que se dizem *normais*.

A partir da década de 90 as discussões referentes à educação das pessoas com necessidades especiais começaram a adquirir alguma consistência, face às políticas anteriores de caracterizadas pela descontinuidade e dimensão secundária. A nova LDB 9.394/96 em seu capítulo V coloca que a educação dos portadores de necessidades especiais deve se dar de preferência na rede regular de ensino, o que traz uma nova concepção na forma de entender a educação e integração dessas pessoas.

De acordo com a Lei 9394/96 que nos diz que:

Mas, o mero fato de constar em Lei, não significará muito se as ações ensejadas para a inclusão das pessoas com necessidades especiais não sejam planejadas e estruturadas de modo que elas tenham seus direitos plenamente respeitados. É urgente que pesquisadores e educadores concentrem esforços para discutir e pesquisar essa temática, em todos os níveis e modalidades de ensino.

Certamente, os educadores não estão colocando em prática na sala de aula, essa legislação. De fato esse aluno fica excluído dos demais. Sendo assim o atendimento para esse aluno acaba sendo inadequado, não havendo ensino-aprendizagem eficaz.

Apesar dos avanços na educação inclusiva, constatamos que precisa romper muitas barreiras do preconceito. Pois, somos seres diferentes fisicamente, cada ser tem suas próprias idéias e capacidades de aprender, sendo assim todos nós aprendemos de maneiras diferentes e de acordo com nossas necessidades.

Como é citado por Ferreira (2006) o crescimento da inclusão no processo educacional atualmente constitui uma das metas importantes do setor Educação, para esta finalidade é necessário o envolvimento de órgãos governamentais, para busca de recursos e execução deste processo. Conforme o autor (2006, pp. 86-87):

Também no ano de 1930, surge na sociedade civil a associações de pessoas que se preocupam com o deficiente, no governo nessa época visa algumas ações para esse educando, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular. Sendo assim foram implantadas também nesse período outras entidades para o atendimento aos deficientes. A construção histórica da educação de pessoas com deficiência no Brasil está pautada sobre o atendimento de forma segregada, em instituições especializada na assistência, tratamento e no ensino. Assim, as questões relativas à Educação Especial nem sempre foram discutidas em âmbito Nacional, concentrando se até os anos de 1960, em iniciativas mais localizadas no âmbito escolar, restritas apenas às instituições especializadas

A partir de 1960, e de modo mais destacado no ano de 1970, que as reformas educacionais alcançaram a área de educação especial sob os discursos da normalização e da integração o contexto da época apresentadas pelas instituições especializadas, em termos de atendimento.

A partir de 1961, surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a lei n. 4.024/61, que assegura a esse a aluno a educação. Mas só passa a predominar a educação regular para esses alunos especiais por volta de 1970, na qual ainda esses alunos não estão inseridos na classe comum, e sim em instituições especializadas na sua deficiência.

Nesse sentido, é notável que a construção da política de educação especial no Brasil é recente. A elaboração de Leis, das Normas e Regulamentos como função de governo, assumida de forma descentralizada pelos administradores estaduais, são ações de agendas governamentais a partir da política nacional de integração de pessoas com deficiência na década de 1980.

Para Lira (2007, p.56):

A diversidade racial, cultural, lingüística só enriquece um povo. Também aqueles que se dizem deficientes (surdos-mudos, cegos, aqueles que possuem déficit cognitivo ou Síndrome de Down, dependentes químicos...) deverão ser chamados a uma efetiva inclusão social, pois todos, mesmos os que se dizem “normais”, estamos sujeitos às deficiências

As diferenças existem em todos os aspectos tanto para os deficientes quanto para os que se dizem *normais*. Analisando conclui-se que todos nós somos portadores de uma deficiência no ponto de vista da sociedade.

De fato, ocorre que tanto à escola como os profissionais não estão preparados para trabalhar com essa inclusão em sua sala de aula. Infelizmente, a legislação não é vivenciada na prática no nosso cotidiano no âmbito escolar, pois no papel funciona melhor porque os profissionais não terem preparos, sendo assim eles acabam rotulando e dizendo que não tem preparo para receber esses alunos em sua sala de aula.

A legislação garante esse direito ao deficiente sem qualquer discriminação, em classe comum, então a escola tem que oferecer um ambiente inclusivo e acolhedor, na qual todos possam conviver e aprender com as diferenças.

Quando falamos de recursos que auxiliam a criança deficiente, precisamos lembrar as suas dificuldades e tentar supri-las possibilitando o conhecimento e o contato social.

Por isso, o educador precisa eliminar essas barreiras e cobrir a Legislação corretamente buscando como interagir com essa deficiência e incluir esse aluno em sua sala de aula.

A socialização é muito importante e deve ser estimulada sempre, pois cada indivíduo deficiente tem sua capacidade e deve ser reconhecido pelo profissional com ou se preparo específico.

No século XX, houve muitas mudanças sobre a inclusão desses alunos portadores de necessidades especiais, e ainda vem havendo muitas transformações nos dias atuais.

No Brasil, existem muitas leis municipais, estaduais e federais que asseguram o direito das pessoas deficientes. A constituição Federal de 1988 determina que o aluno deficiente tenha o direito e deve receber na rede regular de ensino o atendimento específico que necessitar.

Embora, se fale muito da inclusão social na escola, percebe-se que no dia-a-dia não é bem assim. Para esclarecer melhor a educação inclusiva é preciso remover as barreiras do preconceito, e propor soluções adequadas para esses alunos deficientes.

Ao mover as barreiras e inserir a participação do indivíduo é promover a ele à construção do conhecimento e da cultura social.

A postura do professor em sala de aula

De fato, o educando precisa primeiro verificar se o aluno já tem conhecimento necessário na qual é preciso observar se houve avanço para estabelecer uma aprendizagem e um processo de desenvolvimento do cognitivo.

Havendo progresso o professor deve estimular e propor atividade que beneficie o educando ao conhecimento individual.

A alfabetização é um dos passos mais importantes do processo de aprendizagem do aluno deficiente, pois deveria ser inserido desde o nascimento e o diagnóstico estabelecido pelo médico que ele é portador de necessidades especiais.

Portanto, a aceitação da família e o acompanhamento dos especialistas são fundamentais para que haja uma melhor estimulação, pois assim a sociedade em chegaria de outra forma esse portadores de necessidades especiais.

Podemos compreender que a importância desses profissionais para atender esse público alvo, e promover a interação social desses deficientes na sociedade, pois a instituição colabora para a sua melhora desses alunos na rede regular de ensino.

Hoje, há número significativo de crianças com dificuldades escolares relacionadas a dificuldades de aprendizagem na escrita, leitura e aritmética e esses fracassos levam a evasão escolar.

A escola tem como função principal a integração do aluno na sociedade facilitando seu convívio com o adulto. Ela também tem a função selecionar os alunos que tem menos facilidade de aprender. Pois, alguns professores não conseguem sanar as dificuldades dos alunos em sua totalidade. Estes alunos com deficiência não vêm sentido nas aulas que se tornam desestimulantes e a aprendizagem difícil.

O relacionamento professor- aluno é um fator que pode influenciar no processo de ensino-aprendizagem. Outro motivo que pode dificultar o conhecimento são as classes superlotadas, como também a bagagem que o aluno traz é primordial para o momento da aprendizagem e auxiliará no seu desenvolvimento, bagagem essa cultural, social, intelectual, que vem em prejuízo devido a necessidade especial do aluno e acaba prejudicando os alunos com defasagem na aprendizagem leitura, escrita e cálculos.

Antes de o professor concluir que aluno tem “deficiência” deve encaminhá-lo para uma clínica que diagnosticará e descobrirá o que está realmente acontecendo.

O professor deve ter como prioridade a responsabilidade não só de dar assistência para os bons alunos, mas dar atenção especial para os que são portadores de necessidades especiais também, com condições de provocar um maior desenvolvimento cognitivo e propiciar uma aprendizagem.

Alguns alunos permanecem mais tempo na escola do que com seus pais, a posição do professor é de extrema importância para prevenir muitas das adaptações encontradas.

O professor deve preocupar-se em auxiliar os alunos com deficiência no seu desenvolvimento das funções neurológicas devido atraso em sua maturação. Cabe a ele auxiliar seus alunos neste sentido antes de iniciar qualquer aprendizagem muitos professores estão mais preocupados com os rótulos, do que com soluções e cada vez mais aumenta a exclusão escolar. É necessário que o professor esteja preocupado com os tipos de deficiência que podem existir dentro e fora da sala de aula.

O professor quando bem capacitado é capaz de sanar muitas dificuldades no processo de ensino-aprendizagem do aluno portador de necessidades especiais.

O educador deve não só se preocupar com a aprendizagem de cada tarefa, mas sim promover condições para que a aprendizagem torne satisfatória e de qualidade.

O educador deve respeitar as deficiências do aluno não o expondo ao ridículo ou a discriminação. Muitos vícios e problemas reproduzidos na fala são originados a partir do convívio familiar. A criança escuta certa expressão e reproduz conforme ouve.

A postura do professor frente às dificuldades dos alunos deficiente, quaisquer que sejam elas, deve ser, de auxiliá-los. Criando situações de maior interesse em sala de aula, como materiais adequados e mais motivadores. Despertando o interesse do aluno pelo assunto tratado ou discutido.

A maturidade extrema importância para o processo de alfabetização. É necessário que a criança apresente um nível de maturidade, de desenvolvimento físico, psicológico e social no momento de sua entrada no sistema escolar, pois isso facilitara o processo de aprendizagem para o portador de necessidades especiais.

Deficiências não-verbais são relacionadas às dificuldades em orientação espacial, lateralidade, orientação temporal limitações de percepção social.

Uma criança integra primeiramente as experiências não verbais. Delas depende a aquisição de muitas outras aprendizagens.

Processo de escolarização do Surdo

A escolarização é considerada como importante, mas o ensino bilíngüe não é aceito, demonstrando o desconhecimento destas mães em relação aos benefícios que este tipo de educação pode trazer para o desenvolvimento desse aluno deficiente auditivo. Pois é necessário que o indivíduo na pré-escola tenha a escolarização para se desenvolver cognitivamente, então vemos que é importante que o professor busque recurso como por exemplo jogos e brincadeiras lúdicas é um ótimo método para auxiliar e preparar esse aluno para aprendizagem.

Os conceitos de integração e inclusão vêm sendo utilizados de forma sinônima, muitas vezes, mas eles encerram significados muito diferentes. O termo integração, derivado do conceito de normalização, significa que há possibilidades de a pessoa com deficiência auditiva ser inserida na sociedade, na pré-escola. Mas é a pessoa com deficiência auditiva quem tem que se adaptar a este ambiente, a este meio social ou escolar. Já o conceito de inclusão, traz uma carga de significação em que a pessoa deve sim ser incluída, mas vai além do conceito anterior o de integração ao prescrever que para esta inserção, é a sociedade/escola que devem se adaptar à pessoa. Para assim ocorrer a escolarização esse é o veículo para esse aluno esta inserido na pré-escola.

A brincadeira é uma linguagem natural da criança e é importante que esteja presente na escola desde a educação infantil para que o aluno possa se colocar e se expressar através de atividades lúdicas – considerando-se como lúdicas as brincadeiras, os jogos, a música, a arte, a expressão corporal, ou seja, atividades que mantenham a espontaneidade das crianças.

Por isso, ao abordar este tema não podemos deixar de nos referir também à criança surda. Ao retornar a história e a evolução do homem na sociedade, vamos perceber que a criança surda nem sempre foi considerada como é hoje. A inclusão é evidente e precisa ser aprimorada cada vez mais, pois o professor necessita das informações e deve fazer o melhor trabalho possível, pois toda criança tem o direito a aprendizagem não importa sua deficiência/dificuldade.

Conclusão

Ainda que o primeiro passe para se trazer o lúdico, a brincadeira para dentro da escola é o resgate da infância dos próprios educadores, a memória. "Do que brincavam, como brincavam lembrar-se de uma figura especial. É um momento de humanizar as relações, de resgatar o sentimento e lembrar como eles eram e o que sentiam quando viviam o momento que as crianças, seus alunos, estão vivendo agora. Todo mundo foi criança e teve essa vivência.

Atualmente, o problema da utilização do jogo na pré-escola, está no fato dele ser usado apenas como instrumento pedagógico e não como uma linguagem através da qual o professor pode ter informações da criança surda. A importância de brincar e levar a arte para dentro da educação infantil. "Há o movimento pela formação dos professores, que precisam ser capacitados e se soltar dentro do lúdico". Só assim de fato a inclusão irá ocorrer na escola.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, por ter saúde para chegar até essa etapa, que isso é apenas uma janela aberta, onde muitas ainda abriram. Obrigada a minha família pela compreensão até o exato momento, pois eles são meu alicerce. Isso se deu pelo meu esforço e merecimento de chegar até aqui. Obrigada a todos meus amigos que acreditaram em mim, me incentivaram nas horas que, mas precisava de força. Valeu apena!

Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho envolve um levantamento bibliográfico em livros, artigos e base de dados, visando a busca referencial teórica para referendar este estudo.

Referências bibliográficas

BAPTISTA, Cláudio. **Inclusão e escolarização múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2006.

BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Mara. **Um olhar sobre a diferença: integração trabalho e cidadania**. Campinas. São Paulo: Papirus, 1998, Série Educação Especial.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996.

BRASÍLIA. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. CORDE, 1997.

CIVITA, Roberto. **Caminhos da inclusão**. Inclusão: todos aprendem quando as crianças com deficiência vão à escola junto com as outras. São Paulo: v.1, Outubro 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

LIRA, PE. Bruno Carneiro. **O professor sociointeracionista e a inclusão escolar**. São Paulo. Editora: Paulinas, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ser ou estar, eis a questão**: explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

_____. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? 2º edição, São Paulo: editora Moderna 2006.

NEGRINE, Airton. **Aprendizagem e desenvolvimento infantil**. Porto Alegre: Prodil, 1994.

PIAGET, J E Greco. **Aprendizagem e Conhecimento**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1976.

PIAGET, J. **A psicologia da criança**. Ed Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

STAINBACK, Susan e STAINBACK, William. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.